

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Tocantins – CAU/TO**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO

**Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno.

O Conselho está localizado na Quadra 103 Sul, Rua SO 5, nº 12, Sala 104, Cep 77015-018, Plano Diretor Sul, Palmas/TO.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2018, em Sessão Plenária.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/TO procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/TO, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.
- d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Créditos de Anuidades	R\$ 289.151,63	R\$ 165.640,86
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(R\$ 247.716,22)	(R\$ 141.904,53)

Do montante de R\$ 289.151,63 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$ 105.811,69 incide sobre os créditos de anuidades de 2017 e foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$ 141.904,53 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os materiais são registrados ao custo médio de aquisição, sendo reconhecida a despesa no momento da aquisição, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em Reais)**

perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/TO segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR e Orientação Técnica nº 01/2017 expedida pela Assessoria Contábil do CAU/TO, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Anos</u>	<u>Valor Residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Veículos	5	10%
Equipamentos de processamento de d	5	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em Reais)**

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Caixa	-	-
Banco conta movimento	590,72	20.662,43
Aplicações financeiras	830.690,08	694.106,16
Total	831.280,80	714.768,59

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata, cujo rendimento é liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Descrição	2017	2016
Contas a receber de anuidades	289.151,63	194.974,08
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(247.716,22)	-
Total	41.435,41	194.974,08

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2017	2016
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	289.151,63	194.974,08
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(247.716,22)	-
Total	41.435,41	194.974,08



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

A Entidade registrou a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa através do comparativo dos valores a receber dos anos de 2014 a 2016 na situação de 31/12/2016 versus 31/12/2017, obtendo percentual médio de anuidades pessoas físicas e jurídicas reduzidas em 14,33. Com isso, registrou-se o percentual médio de 85,67% de inadimplência.

7. Demais créditos e valores à curto prazo

Descrição	2017	2016
Adiantamento a pessoal	2.916,61	-
Devedores da entidade	4.396,52	1.339,31
Total	7.313,13	1.339,31

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	2017	2016
Prêmios de seguros	3.527,79	3.828,20
Imprensa Nacional	1.337,78	1.483,71
Total	4.865,57	5.311,91

9. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Móveis e utensílios	68.290,86	(29.663,81)	38.627,05	44.773,09
Máquinas e Equipamentos	28.498,00	(13.087,02)	15.410,98	17.976,22
Instalações	16.940,73	(7.621,38)	9.319,35	10.844,07
Veículos	74.800,00	(41.514,00)	33.286,00	46.750,00
Equipamentos de Processamento de Dados	27.310,20	(21.255,43)	6.054,77	10.282,67
Total	215.839,79	(113.141,64)	102.698,15	130.626,05

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:
Movimentação do ativo imobilizado:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Móveis e utensílios	44.773,09	-	-	(6.146,04)	38.627,05
Máquinas e Equipamentos	17.976,22	-	-	(2.565,24)	20.541,46
Instalações	10.844,07	-	-	(1.524,72)	12.368,79
Veículos	46.750,00	-	-	(13.464,00)	60.214,00
Equipamentos de Processamento e Dados	10.282,67	-	-	(4.227,90)	6.054,77
Total	130.626,05	-	-	(27.927,90)	102.698,15

Ativo	2017	2016
Circulante	884.894,91	916.393,89
Não circulante	102.698,15	130.626,05
Total	987.593,06	1.047.019,94

10. Fornecedores a pagar

Descrição	2017	2016
Prestação de serviço	10.556,31	8.622,56
Fornecedor de materiais	-	-
Total	10.556,31	8.622,56

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	2017	2016
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	10.556,31	8.622,56
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	10.556,31	8.622,56

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Descrição	2017	2016
Provisão para férias e encargos sociais	40.443,22	36.526,77
Outros Impostos a recolher	50,38	50,38
Total	40.493,60	36.577,15

Passivo	2017	2016
Circulante	51.049,91	45.199,71
Não Circulante	-	-
Total	51.049,91	45.199,71

12. Patrimônio Líquido

Descrição	2017	2016
Resultados Acumulados	936.543,15	1.001.820,23
Total	936.543,15	1.001.820,23

13. Provisão para riscos processuais

Conforme relatório de ações judiciais emitido pela Assessoria Jurídica do CAU-TO, constam apenas 02 em cursos, as quais se encontram em grau de recursos para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, com perda classificada conforme descrição abaixo.

1. Perda Possível – Valor R\$ 1.000,00, Processo 13756-24.2014.4.01-4300.

14. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza. Há apenas transações com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil referente Fundo e Apoio e Ressarcimento de Despesas do Centro de Serviços Compartilhados.

A remuneração dos Conselheiros e Convidados corresponde à concessão de diárias pela participação em eventos e reuniões realizados pelo sistema CAU-BR/CAU-TO, sendo concedido o valor de R\$ 50.058,00 em 2017.

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos órgãos



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

colegiados.

No exercício de 2017, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

15. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2017	2016
Pessoal e Encargos Sociais	463.951,52	447.708,85
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outras Despesas Correntes	431.948,26	399.174,83
Investimentos	-	-
Inversões Financeiras	-	-
Amorização da Dívida	-	-
Reserva de Contingencia	-	-
Total	895.899,78	846.883,68

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.116.240,35	1.136.044,43
(-) Variación Patrimonial Aumentativa (Despesa)	(1.037.520,58)	(875.528,39)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	78.719,77	260.516,04
Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	1.019.970,48	941.070,35
(-) Despesas Empenhadas	(895.899,78)	(846.883,68)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	124.070,70	94.186,67
Resultado Financeiro	2017	2016
Saldo Disponível Apurado	831.280,80	714.768,59
(-) Passivo Financeiro	(51.525,64)	(49.193,86)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	779.755,16	665.574,73

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros,



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	360.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 2 veículo	68.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	500.000
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
Total		928.000

18. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Palmas/TO, 09 de março de 2017.

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil CAU-TO
CRC-TO 004769/O-2

Joseísa Martins Vieira Furtado
Presidente do CAU-TO